

BRASIL Democrático, Soberano e Cidadão.

Reflexões para Discutir a Reforma do Estado

Gustavo Galvão, doutor em economia , RJ e

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado, RJ 26/09/2018

Primeira Parte

"A América do Norte está subsistindo sob as barras de uma ditadura de "mercado livre", publicamente socorrida, que está matando a todos nós. O sistema exige mentiras para sobreviver, uma vez que apenas (temporariamente) beneficia uma minúscula classe oligárquica parasita, em detrimento da própria vida global.

A supremacia do "livre mercado" falsamente rotulado é palpável por seus remanescentes. Enormes faixas da sociedade – desaparecidas pela mídia monopolista – estão cada vez mais terceirizadas. Essa é a "liberdade" do "mercado". (Mark Taliano, Dinâmica Global/Global Research, 12/08/2018).

O capitalismo chegou a seu derradeiro estágio: o capitalismo financeiro, cujo braço operacional é o sistema financeiro internacional, que denominaremos banca.

Se deixado livre, com seu aparelhamento das estruturas organizacionais dos Estados Nacionais, com o domínio de instituições internacionais, com o controle quase total da comunicação de massa no mundo, com suas crises e crescente empoderamento, a humanidade estaria marcando seu fim. A existência humana se despediria do planeta.

Economia em Tempo de Crise

A crise de 2008 pode ter sido a manifestação terminal da banca. Mas acreditamos que ainda haja força política e midiática deste sistema financeiro para provocar mais uma crise.

Talvez pelo interesse em ainda maior redução de fortunas trilionárias,

dar mais uma volta no nó da concentração internacional da renda.

Esta, no entanto, poderá provocar tanta ruína, tamanha devastação que até as melhores cabeças, os *think tanks* da banca, devem estar preocupados com a explosão dessa crise, com as consequências desfavoráveis aos intentos destes capitais.

Tracemos breve e geral quadro da situação neste final da segunda década do século XXI.

As Instituições Não estão Funcionando

A Europa Ocidental vive forte convulsão social e econômica, a ponto de governos da direita neoliberal, em países icônicos da banca, Reino Unido e Alemanha, estarem reestatizando transportes, energia e saneamento básico. Pois energia, água e deslocamento são sentidos imediatamente pela população.

Na Europa Oriental e Meridional, o desemprego, fruto da prolongada recessão, aliado às migrações, consequência das guerras provocadas pela banca no Oriente Médio, Ásia Menor e norte da África, estão acarretando tamanho pânico que partidos políticos da extrema direita e da extrema esquerda passam a representar a esperança popular. Imagem do desespero.

A Ásia só se destaca pela presença de três, dos cinco países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Embora também sofra as consequência globais da ação da banca, tem projetos e financiamentos dos BRICS para amenizar a situação do trabalho e da renda. Cito apenas a Rota da Seda.

A África se divide nas colonizações da banca – praticamente toda área saariana e diversos pontos da subsaariana, em especial na costa atlântica – e na colonização chinesa – mas forte na área oriental, do Oceano Índico.

As Américas, no geral e em especial após o golpe jurídico-midiático no Brasil em 2016, são a demonstração da inescrupulosa força antissocial e da

corrupção da banca.

Nos Estados Unidos da América (EUA) a banca teve derrotada sua candidata à presidência, Hillary Clinton, e passou a usar o Estado, aparelhado desde Ronald Reagan, para atacar Donald Trump, por seu turno cheio de fraquezas e contradições. Perde o povo estadunidense que enfrenta a miséria, o desemprego e a violência urbana. Sucedem-se, também, falências e empresas fechando as portas – nada mais natural num regime de concentração de renda.

A América Latina se defronta com a opressão ou a ditadura da banca. Os Estados que se lhe opõe sofrem sanções de toda ordem, inclusive ameaça de invasão por tropas mercenárias, com suporte dos EUA, caso da Venezuela.

E as consequências são ditadura jurídica (Brasil), fraudes eleitorais (Argentina, Colômbia, Equador) e, de comum, o desemprego, a miséria, a fome.

Governos democráticos, voltados para o bem comum, vão se tornando raros e de difícil continuidade.

Os BRICS Como Resposta

O fim dos Estados Nacionais é projeto da banca. Para combatê-lo é necessário, por conseguinte, fortalecer os Estados Nacionais. Atualmente, esta condição de luta está, com maior consistência, poder e visibilidade, nos BRICS.

Estes cinco países concentram 40% da população terrestre (dados de 2017). Três são potência nuclear – o Brasil também poderia ser incluído não fosse o governo da banca de 1995 a 2002, pois domina todo o ciclo tecnológico. Também três estão entre os nove maiores Produtos Internos Brutos (PIB) do Mundo.

Vê-se que os BRICS têm condição de viabilizar escala de fabricação de

todos ou praticamente todos os produtos.

Constituem sólida base para o enfrentamento da banca. E está assim explicado o ataque que sofrem a Federação Russa, com embargos e *fake news*, a Índia com invasões monetárias, o Brasil e a África do Sul com golpes midiáticos, jurídicos e parlamentares. O sistema financeiro internacional não cessa de atacá-los de todas as formas, inclusive alimentando revoltas em suas fronteiras, exemplo: Ucrânia, Bielorrússia, Ásia Central, Tibete etc.

Mas não existe, nem seria viável existir, um modelo de Estado Nacional, sistema de governo, ideologia política dando coesão aos BRICS. Os únicos liames são a convergência de interesse econômico e a oposição aos desígnios da banca.

Mas as mentes já colonizadas, os que têm seu raciocínio no passado, conscientemente ou não, defendendo a banca, procuram entraves, ideologias, novas sujeições para torpedear a plena inclusão e participação do Brasil nos organismos plurinacionais que vão se formando com os BRICS.

O mesmo ocorre com duas outras instituições que congregam países do nosso subcontinente americano: União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Os "mulambos" do general!

Qual a importância destas organizações para nossa Soberania?

Os países desenvolveram cadeias produtivas, sistemas de trocas, apoios políticos e de defesa territorial que nada mais são do que a atualização da Alianças, santas ou laicas, e uniões aduaneiras da Europa no passado, e do Atlântico Norte ou do Sudeste Asiático, no pós-guerra.

A identidade brasileira é, de um lado, a oposição à banca, de outro, a integração e cooperação regional.

Esta última teve seus primórdios no Estado Novo (vide a publicação "Pensamento da América" – 1941/1948), foi descartada pela hegemônica

presença estadunidense, e renasceu no governo do Presidente Lula. Retomá-la é importante objetivo para sustentar condições de soberania.

Assim estabelecido o panorama externo, vamos nos concentrar nas propostas e projetos para que tenhamos um Estado Nacional Brasileiro Soberano e Cidadão, minimamente suscetível à queda por golpes e a retrocessos.

A Tentação Totalitária

As sociedades fragilizadas e encurraladas por crises e violências buscam, muitas vezes, governos autoritários, à direita e à esquerda.

As ideologias virão como um véu, uma capa que abrigue o autoritarismo, o deslocamento dos intentos populares e o arbítrio e a repressão, comuns a todos fascismos.

Assim tem sido em países de todos os continentes, com ou sem repercussões midiáticas – Camboja, República Checa, Hungria, Arábia Saudita entre outros.

É, no entanto, importante distinguir a solução totalitária para a crise, da incapacidade de construir uma democracia, pela herança colonial.

O historiador indiano, Kavalan M. Panikkar, quando embaixador na França, pronunciou conferências, sobre as recém independentes colônias europeias, reunidas em "Problèmes des États Nouveaux" (Calmann-Levy, 1959).

Chamava a atenção sobre a imposição, pelos colonizadores às jovens nações, do modelo democrático parlamentar burguês, inteiramente divorciado das experiências e tradições governamentais daqueles povos. Antevia o surgimento de ditaduras, de diversos matizes ideológicos, no que foi abundante a África.

No Brasil, tivemos, sob diversas capas, grandes períodos autoritários,

com diferentes posicionamentos em relação ao desenvolvimento econômico e tecnológico brasileiros.

Seus apoiadores procuram ressaltar os aspectos positivos que, efetivamente, sempre houve. Mas todos se igualaram no abandono da construção da cidadania. Impedir a formação de cidadãos livres e conscientes foi a identidade totalitária.

Vivendo uma crise, também autoritária e ditatorial, sob comando da mídia comercial privada, do judiciário e do ministério público, o Brasil está frágil e capaz de ser tomado por tentações totalitárias, tanto à direita, com o Capitão Bolsonaro, quanto a uma esquerda, que nos aparenta pouco consistente, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

A banca tem usado esta aflição das sociedades para ameaçar um perigo direitista e se apresentar como solução democrática, de centro. Isto ocorreu com sucesso na França e vem sendo aplicado em países europeus e mesmo nos EUA (Trump vs Hillary).

Aqui e agora a banca concorre com diversos candidatos, em vista do fracasso do seu governante Michel Temer e pela rejeição aos que sejam identificados como continuidade governamental.

Os mais visíveis e com programas ditados pelos interesses da banca são: Geraldo Alckmin, que une os partidos envolvidos nos maiores casos de corrupção, PSDB-PP-Centrão (DEM, PR, PTB, PRB e legendas de aluguel), Henrique Meirelles (MDB, ex-PMDB), Alvaro Dias (Podemos), a insistente, já financiada por banqueiros, Marina Silva (Rede), um banqueiro - direto ao ponto sem intermediário - João Amoêdo (Novo), e o confuso, mas não ingênuo, Cabo Daciolo (Patriota), para quem qualquer migalha é lucro. Mas as fichas da banca se concentram, inicialmente, em Geraldo Alckmin, subsidiariamente em Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro faz também o papel de lobo mau, para que as

chapeuzinhos vermelhos corram para a vovozinha Alckmin. Na França deu certo com Hollande e Macron.

Nenhum candidato da banca tem programa de reerguimento do Estado Nacional, porque é óbvio seu compromisso em redução até o aniquilamento do Estado. Deve-se deixar claro que Estado Nacional é, e deve ser, o coletivo de cidadãos, a representação da cidadania e da soberania.

Dado este panorama da situação brasileira, qual o projeto que possa reformar o estado, tantas vezes golpeado, e criar condições estruturais para um novo tempo de democracia e liberdade?

Evidente que o desmonte provocado pelo golpe jurídico-midiático de 2016 exige pronta e eficaz resposta. Não será possível conviver com a miséria, a fome, o desemprego e a nova escravidão. Tampouco permitir que as riquezas nacionais do petróleo, dos minerais estratégicos, da engenharia e tecnologia aqui desenvolvidas sirvam para o bem estar dos ricos países estrangeiros.

Ao assinalar as reversões das privatizações europeias não mencionamos que estes custos, para retomada da presença do Estado, foram projetados para onerarem o Brasil e outros Estados submetidos à banca, com suas explorações coloniais.

O nível de bem-estar dos países europeus está intimamente associado à espoliação destas colônias, e de toda sorte: políticas, econômicas, ideológicas e pela corrupção da classe dirigente. O modelo estadunidense é mais concentrador e vai diretamente para os acionistas das empresas.

Comunicação de Massa em Oposição ao País

Estudando a história do Brasil fica evidente que uma força sempre esteve oposta à construção de uma Pátria Livre, de um Brasil independente: a comunicação de massa, a mídia.

Pode parecer estranho e até incongruente, mas a formação da mídia

brasileira explica a razão de termos o povo desinformado e afastado da construção de um país soberano e cidadão. Aqui prevalece como verdadeiro monopólio a mídia privada comercial.

O que significa mídia privada e comercial? Que seu objetivo é o lucro e o controle da informação que irá lhe proporcionando constante e maior empoderamento.

Vejamos que os donos da grande imprensa sempre foram identificados como "donos do Brasil". E nas suas biografias estão os assassinatos dos governantes que, de algum modo, buscaram desenvolver e libertar o Brasil.

Assis Chateaubriand tem o suicídio de Vargas, o golpe de 1954, o combate à Petrobrás e a Juscelino Kubitschek (JK) em sua folha corrida. Maior e mais nefasta ao Brasil é a folha corrida de Roberto Marinho e família, com os golpes de 1964 e 2016, da sucessão de Ernesto Geisel, da eleição de Fernando Collor, da reeleição de Fernando Henrique Cardoso e na permanente oposição aos que procuraram desenvolver o País e libertar seu povo.

A mídia privada e comercial se coloca a serviço de quem melhor lhe paga. E, na prática, isenta de impostos.

Num sistema de colonização, seja capitalista e ideológica seja política ou geopolítica, a força colonizadora será sempre maior do que a nacionalista. Isto explica que as nações só se libertaram expulsando os colonizadores (EUA a Inglaterra, Estados sul-americanos por Bolívar contra os espanhóis, Angola e Moçambique de Portugal).

Hoje, no entanto, o colonizador é mais complexo, menos visível, pois é a ideologia neoliberal. E são as forças neoliberais, que agem por meio da banca, que compram a mídia no Brasil.

E foi esta mídia golpista que lhe incutiu, contrariando os fatos e as provas, que o Presidente Lula era corrupto, que os governos do Partido dos

Trabalhadores (PT) aparelharam o Estado, mesmo diante da evidência de ser o PSDB e as velhas oligarquias brasileiras que hoje e sempre aparelharam o Estado Nacional. Veja o Estado de São Paulo, veja toda a estrutura do Poder Judiciário, do Ministério Público, quem os aparelhou? E o Primeiro Comando da Capital (PCC)?

Para podermos empreender a mudança, podermos construir um novo Brasil, soberano e cidadão, é indispensável eliminar esta mídia e construirmos um novo modelo de comunicação de massas no Brasil. Esta decisão e sua implementação precedem qualquer outra que venha a ser adotada. Não é possível convivermos com a mídia comercial privada como verdadeiro monopólio da comunicação de massa no Brasil.

E há o recurso da cassação das concessões dos canais de rádio e de televisão e da proibição de anúncios das empresas públicas e estatais na imprensa privada. A nova legislação para a comunicação de massa e a criação de novos veículos comunitários, de empresas públicas e fundações ou a reforma dos atuais devem ser as prioridades para o projeto de reconstrução do Estado Nacional.

Segunda e Última Parte

"A tese fundamental aqui desenvolvida afirma que, ao invés de considerar Brasília terminada em 5 anos, Brasília é uma capital *ad infinitum*. Brasília jamais será conclusa, como de resto qualquer cidade, com a diferença radical de que Brasília é estatal. Essa condição legitima a afirmação segundo a qual Brasília é simultaneamente consequência e causa do patrimonialismo brasileiro contemporâneo. Consequência pois resulta de uma ampla motivação histórica de apropriação do Estado por grupos sedimentados no autoritarismo, e causa da continuidade porque ela se institui como pretexto fundamental da perpetuação histórica do patrimonialismo"

(João Ricardo Moderno, Brasília - Leito de Procusto do Neopatrimonialismo do Estado Brasileiro, Revista Tempo Brasileiro, RJ, 126, jul-set/1996)

Um Estado, que não se forme pelas lutas de seus habitantes contra oponentes, sejam outras pessoas ou seja a natureza, precisa encontrar na resultante das raças, culturas, recursos naturais, dimensão, população, aspectos físicos, materiais e anímicos os ingredientes para sua institucionalização.

Buscar, por conseguinte, as bases do Estado Nacional Brasileiro exigirá quase um estudo sociopsicanalítico.

A citação que encima esta última parte do artigo não tem, necessariamente, nossa concordância. Serve para exemplificar a dificuldade de expor e demonstrar as bases para construção do Estado Nacional Brasileiro.

Premissas para Reorganizar o Estado Brasileiro

A característica do Estado Nacional deve ser sua identidade com o país.

Os transplantes coloniais, como nas já referidas palestras do professor e embaixador K. M. Panikkar, provocam sempre disfunções. Uma absolutamente inadequadas, geradoras de governos totalitários, outras inoperantes, outras, ainda, suscetíveis de golpes de toda ordem.

Condição fundamental é sempre o respeito e a confiança na democracia.

Não é possível termos um país fundado na capacidade de uma técnica - uma tecnocracia, ou na preeminência de uma classe - uma plutocracia, ou, ainda, num pensamento místico - uma teocracia.

O país surge e se aperfeiçoa conforme o entendimento de seus cidadãos, ou seja, na permanente submissão das decisões à vontade

popular, por plebiscitos, referendos e eleições.

Bons analistas da sociedade e da história brasileira costumam apontar uma característica de fragilidade, para compreender a dificuldade de se construir a pátria independente e cidadã.

Todos, de modo geral, tem razão. Uns pela presença permanente de uma potência colonial (Inglaterra e EUA), outros pela formação da elite brasileira (aspectos econômicos, sociais, culturais), outros a influência ideológica (religião, estatismo, liberalismo). Acreditamos que há razão em todos.

Mas devemos também identificar que tivemos avanços em alguns diferentes momentos; com Vargas, JK, Jango, Geisel e Lula.

Porém estes avanços foram, na quase totalidade, desfeitos ou retrocederam às situações anteriores. Adicionaríamos, ao elenco destas dificuldades, a existência e manutenção de modelo organizacional de Estado incompatível com as necessidades e as adequações socioculturais e geográfica do Brasil.

O pensamento neoliberal pede a redução dos Estados – Estado Mínimo. É bem diverso nosso entendimento. O Estado é o coletivo do cidadão; mais Estado significa mais cidadania, ou seja, maior atendimento às necessidades do povo, maior desenvolvimento nacional.

Quem substituiria o Estado? O interesse pelo lucro? O interesse geopolítico estrangeiro? A inevitável oligopolização ou um monopólio privado impondo condições onerosas ou impraticáveis aos brasileiros?

O modelo que colocamos à análise e à crítica dos caros leitores traça ideias gerais de uma organizacional nova, diferente.

A premissa básica é a democracia, para o que é fundamental a eliminação do monopólio privado e comercial da comunicação de massa.

Democracia é participação e não apenas voto em tempos determinados. Mas não haverá poder sem voto.

Trabalhamos, portanto, com a existência de dois poderes: legislativo e executivo.

Vamos buscar um Estado que esteja presente em todo território nacional. Recordamos uma reflexão, no livro de memórias do Marechal Estevão Leitão de Carvalho (Memórias de um soldado legalista, Biblioteca do Exército RJ, 2016), distribuir "mais convenientemente a tropa no território nacional, a fim de tornar regional, tanto quanto possível, a fim de habituá-las à cooperação e despertar os sentimentos cívicos dos cidadãos".

Examinaremos, portanto, a questão da organização institucional considerando a dimensão territorial. Também observaremos a distribuição populacional, a renda e os níveis da ação estatal. Também propomos que, ao invés dos critérios clássicos funcionais, o poder executivo, integrado com o legislativo, administre o País conforme três eixos básicos.

Eixos e níveis da ação estatal

Estabelecemos três eixos para ação do Estado Nacional Brasileiro: soberania, segurança e cidadania.

Atualmente existem três níveis de poder no Brasil: o da União, o dos Estados e o dos Municípios. Há diversas superposições e algumas ausências nestas três esferas. Pensamos em dividir o poder em quatro esferas, cada uma dedicada a uma área da ação conforme os eixos definidos.

O planejamento e controle estariam na esfera da União. A execução ou supervisão estariam nas esferas regionais, estaduais e municipais, conforme as linhas de ação do Estado Nacional: soberania, segurança e cidadania.

Divisão Territorial

O Brasil está dividido em 26 Estados, um Distrito Federal e 5.570 municípios. Os dados estatísticos que utilizaremos são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017 e de 2014, para o Produto Interno Bruto (PIB).

Como afirmou um político, é no município que todos vivemos; nascemos e morremos.

Os 5.570 municípios tem população média, excluídos os extremos, de 36.015 habitantes. São pouquíssimas pessoas, o que deve causar, necessariamente, desperdício de recursos.

Considerando os 8.516 mil km² do território nacional, os municípios ocupam, em média, excluído o Distrito Federal, 2.859 km².

Há, nos limites, municípios com 159.696 km² (Altamira, no Pará) e com . 859 km² (Santa Cruz de Minas, em Minas Gerais); e com populações inferiores a mil habitantes, como Serra da Saudade (Minas Gerais), 812; Borá (São Paulo), 839; Araguainha (Mato Grosso) 931, e populosos como São Paulo (12 milhões) e Rio de Janeiro (6,5 milhões).

O mais relevante é a renda dos municípios. Apenas 658 tem PIB igual ou superior a R\$ 1 milhão. Isto significa afirmar que 90% dos municípios brasileiros, no mínimo, não podem suportar o ônus de suas existências.

Para que tenhamos efetiva democracia é indispensável haver mínima capacidade de gestão pelos entes públicos.

Propomos, então, a reestruturação dos municípios brasileiros, não apenas os aglutinando, mas os dividindo para melhor condição de gerenciamento. Ao fim das fusões e repartições estimamos que o País poderá contar com 1.200 municípios e trabalharemos com este número nas propostas.

Não desconhecemos e deveremos respeitar a história de cada município, mas precisamos também dar condição para o fortalecimento democrático, que se associa à condição administrativa de cada um.

Muitas medidas podem ser adotadas no sentido de desenvolvimento econômico e tecnológico, como o aproveitamento da riqueza natural da amazônia (municípios amazonenses) para produção de insumos farmacêuticos, fabricação de remédios e produção e transformação de minerais.

Também quanto ao uso de recursos florestais para construção de casas, deveria se atentar, nos projetos habitacionais, à produção de madeira, considerando a ecologia e o desenvolvimento municipal.

Esta integração de ações, o uso de organização sistêmica, está previsto neste projeto.

O Brasil seria dividido em 8 regiões, 26 Estados e cerca de 1200 municípios, além do Distrito Federal.

Constituiriam as Regiões: Norte Ocidental: os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia; Norte Oriental: Amapá, Pará e Tocantins; Nordeste Ocidental: Maranhão, Piauí e Ceará; Nordeste Oriental: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Leste: Sergipe, Bahia e Espírito Santo; Sudeste: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; Centro-Oeste: Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul; e Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As Regiões teriam seus Coordenadores, Vice-Coordenadores e Conselhos Administrativos, com todos os membros eleitos diretamente pelos habitantes das respectivas regiões.

Estados e Municípios teriam Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Assembleias de Deputados e de Vereadores, igualmente eleitos diretamente pelos habitantes dos Estados e Municípios.

Eixos da Ação Estatal

Como antecipamos, existiriam três eixos de ação do Estado: soberania, segurança e cidadania.

Soberania

O eixo da soberania engloba todas as ações do Estado Nacional para sua decisão e ação independente e autônoma, seu posicionamento, coerente com as definições estabelecidas pelo povo, quer nos relacionamentos internacionais e quer nas escolhas nacionais. Soberania não é autossuficiência. Mas envolve a capacidade de responder a agressões, que não se limitam a invasões territoriais, por forças armadas ou milícias, inclui suportar bloqueios econômicos e conquistar independência tecnológica, que possibilite a continuidade da vida nacional autônoma.

Atualmente as agressões são denominadas guerras híbridas, que nem sempre envolvem agressão militar, mas um conjunto de ações midiáticas, econômicas, culturais e sociais.

Na esfera nacional, as atividades seriam a de planejamento e de controle. Para estes últimos seriam criados ou reformados os órgãos de auditoria, de controladoria, de ouvidoria, de conformidade legal e programática e de fiscalização.

Teríamos conselhos setoriais para planejamento e conselhos coordenadores para os controles.

Na esfera regional seriam executadas as atividades englobadas sob a designação geral da soberania, exceto a das relações exteriores.

São exemplos de órgãos/atividades do eixo da soberania: relações exteriores, defesa nacional, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, econômico, comercial, transporte nacional e internacional, infraestrutura, tecnologia da informação e comunicação e outras afins.

Cabe consideração específica a área da finança.

A simplificação tributária e o uso dos tributos para promover maior igualdade dos cidadãos devem nortear a ação do órgão fazendário. As parcelas contributivas podem ser arrecadadas pelos quatro níveis da ação do Estado, evitando custos e demoras. Mas deverão ser definidas em função dos planos de atividade e orçamentos anuais.

Adiante trataremos da questão do planejamento mas as finanças, sua captação, despesas, aplicações e investimentos devem ser objeto de debates e aprovações pelos poderes executivo e legislativo, dada a mais ampla e transparente divulgação.

Segurança

O eixo da segurança trata das três seguranças devidas a todo cidadão: segurança dos direitos, segurança da pessoa física e segurança patrimonial.

Seus planejamentos e controles, como vistos no eixo da soberania, serão atribuídos aos órgãos nacionais. A execução do eixo Segurança estará sob responsabilidade dos Estados.

Sua execução se dá na área da justiça e da segurança pública. Pretende-se criar núcleos integrados para cada área da garantia da segurança.

Teríamos então, como exemplo, para a segurança das condições do trabalho, as delegacias e os juízos do trabalho, formando um único núcleo. O mesmo para os crimes contra a vida e os crimes contra a receita do Estado.

Tanto quanto possível todas as áreas da segurança teriam núcleos, juizados e delegacias, em todos os Municípios.

Os núcleos de segurança conterão juízes, promotores, defensores públicos, delegados, inspetores, investigadores, peritos, agentes e outros profissionais especializados e de apoio administrativo. Quando os volumes

comportarem serão constituídos núcleos especializados e até mais de um núcleo.

Além destes núcleos haverá nos Estados os núcleos especializados de Transportes (terrestres, fluviais e lacustres), de Fronteiras (terrestres, marítimas e aéreas) e, a nível nacional, do Crime Organizado e de Migrações. Sempre articuladas as atividades policiais e judiciais.

Serão constituídos, nos Estados, Tribunais de Júri, com função revisora, para as decisões dos núcleos. Estes juris serão semelhantes aos existentes para crimes dolosos contra a vida, mas atenderão a todo tipo de processo. Os membros do júri serão sorteados na comunidade e os juízes, promotores e defensores serão, por tempo predefinido e conforme definido em lei, escolhidos pelo Poder Executivo local. Idêntica disciplina será adotada para os núcleos nacionais.

Cidadania

O eixo cidadania também terá seu planejamento e controle no nível nacional. A execução caberá aos Municípios.

A construção da cidadania se dá em três campos: da existência, da consciência e da vocalização.

Existência

Trata da gama de recursos que garantam a todas as pessoas sua condição de sobrevivência. Neste eixo estão a renda mínima, os cuidados com a saúde, medicina preventiva e curativa, saneamento básico e moradia e transporte urbano. Identificam-se, facilmente, as interações necessárias com outras áreas, sendo relevante a do emprego, que a estrutura sistêmica, com os recursos da informática, pode solucionar.

Consciência

Vai além da educação como se conhece atualmente. A consciência

trabalha com os letramentos e as culturas.

Os letramentos fornecem não só a capacidade de entender escritas, idiomas e códigos diversos, como se apropriar de técnicas e conhecimentos científicos em todas as áreas: matemáticas, físicas, químicas, biológicas, econômicas, sociais, psicológicas, filosóficas, arqueológicas, políticas etc.

Também desenvolver aptidões artísticas e esportivas e a entender-se e a entender e respeitar as diferenças. Há uma base comum e aspectos culturais e geossociais a serem observados. Daí a execução da construção da cidadania se dar nos Municípios.

Trabalho indispensável à implementação deste projeto de reorganização do Estado Nacional será a nova definição de critérios para criação de municípios e a revisão dos municípios existentes.

Vocalização

Trata de dar voz ao cidadão. A comunicação de massa é um dos elementos da vocalização. Outro é o diálogo que o cidadão possa manter com a estrutura do Estado. Apresentar questões e soluções e obter respostas.

Esta atividade se valerá enormemente das tecnologia da informação e da comunicação, desenvolvidas de acordo com recursos nacionais.

Onde mostra que a soberania, o desenvolvimento tecnológico, a efetiva cidadania são um mesmo conjunto que só o Estado Nacional pode dar respostas. A ideologia neoliberal é, verdadeiramente, um engodo colonial.

Representação Popular

A democracia deve ser prática efetiva e não adjetivo constitucional. Deste modo precisamos constituir instituições, em todos os níveis e funções do Estado, onde a manifestação popular, direta ou por representação específica, seja real.

Em termos maiores, esta representação seria a parlamentar. Não pela simples e burocrática sucessão de Congressos, Assembleias e Câmaras, mas por organismos que tivessem competências e atribuições específicas.

O Poder Legislativo

No plano nacional, teríamos o Congresso Nacional. Um único órgão, com representação alargada, representando as ideologias dos partidos políticos e os interesses regionais. Para tanto se faz necessária a Reforma Política, limitando os partidos às efetivas opções ideológicas: extrema direita, direita, centro-direita, centro-esquerda, esquerda e extrema esquerda.

Na listagem dos partidos políticos brasileiros, conforme os dados dos registros aprovados pelo Superior Tribunal Eleitoral (STE), a Wikipédia coloca somente um "centro" a estas seis classificações no "espectro político". Mas centro é, a nosso ver, apenas uma fuga à classificação das prioridades em relação ao capital (direita) ou ao trabalho (esquerda) que conduzem as linhas políticas.

Os títulos e siglas partidários seriam da escolha dos filiados, mas não seriam mais de seis com a clara identificação de seu espectro político.

Poderia haver uma classificação de partido nacionalista, mas na inexistência de um partido claramente identificado como entreguista, torna esta distinção destituída de objetividade. Poderemos encontrar nacionalistas à esquerda e à direita.

Em todo mundo democrático, a exceção dos EUA, os partidos tem nomes diferentes, mas existe apenas um para as opções ideológicas enunciadas. Por exemplo, na França a extrema-direita é representada pela Frente Nacional e a centro-esquerda pelo Partido Socialista.

As escolhas pelas ideologias seriam feitas em caráter nacional, por eleições simultâneas em todos os Estados, em dois turnos.

No primeiro seriam votados os partidos e com isto a quantidade de

membros de sua bancada, a proporcionalidade. No segundo turno seriam escolhidos os candidatos, nominalmente, nas listas partidárias, que concluiriam na relação dos congressistas.

A composição regional do Congresso seria realizada pelo voto nominal em representantes das nove regiões que propomos se divida, para efeito administrativo, o território nacional: Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Leste, Sudeste, Sul, Centro Oeste e Distrito Federal.

Não temos um quantitativo a propor. Pensamos, apenas, que a representação ideológica deveria ocupar dois terços do Congresso e teria atribuições específicas e predefinidas para votações. Do mesmo modo, as representações regionais seriam ouvidas para determinadas votações, não todas, necessariamente.

Apenas as divisões estaduais e municipais devem ter Assembleias, com este modelo de representação parlamentar. Para as Regiões e diversas outras atividades executivas de ação pública seriam constituídos Conselhos específicos.

Para os Estados e Municípios a eleição se daria tão somente pela representação ideológica, nos dois turnos.

Os Conselhos seriam a forma da participação mais direta da população. Seus provimentos seriam dentro de circunscrições, mais restritas, embora pudesse haver um conselho de pessoas eleitas para decidir todas questões regionais.

Os Conselhos teriam tripla função: normativa, decisória e supervisora.

Seriam constituídos para atuação nos limites da jurisdição dos órgãos aos quais se associariam. O número de Conselheiros variariam com os encargos. Poderíamos estabelecer quantitativos máximos e mínimos.

O Poder Executivo

O Poder Executivo representa democraticamente a Nação pelo voto livre e direto.

Ele executa o Plano de Atividades e Orçamento aprovados pelo Congresso. Ao eleger Presidentes, Vice-Presidentes, Coordenadores Regionais e Vice-Coordenadores Regionais, Governadores Estaduais e Vice-Governadores Estaduais, Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, o cidadão está também elegendo o programa de governo e as prioridades da gestão naquele período de mandato.

No nível nacional, o Poder Executivo terá, primordialmente, os encargos de planejamento e controle, donde se desdobrar em análise, estudo e pesquisa para elaborar os diversos planos de atividade e difundir orientações e promover a supervisão e o controle de suas execuções.

Algumas ações executivas também serão desenvolvidas neste nível como já exemplificado

Compõem o Executivo Nacional: o Presidente da República, o Vice-Presidente para ações da Soberania, o Vice-Presidente para a Segurança e o Vice-Presidente para construção da Cidadania.

Conclusão

Em suma, teremos um nível nacional, responsável pelo planejamento e controle de todas as ações públicas do Estado Nacional, e poucas ações executivas, como a da representação exterior, e três níveis de execução: o Regional, das atividades da Soberania, o Estadual, das atividades de Segurança, e o Municipal, da Cidadania. Os Legislativos atuarão coerentes com estas divisões, regulando-as e ajustando às condições existentes e aprovando os planos de atividades e orçamentos. Mudanças Constitucionais serão obrigatoriamente objeto de Plebiscito.

Este é um projeto em construção. Há, ainda, muitas lacunas. Para que se converta em proposta política de um partido ou de algum setor da sociedade precisa ser debatido e aprofundado. E é como um primeiro passo para esta discussão, por considerar necessário reorganizar o Estado Nacional, que apresentamos este trabalho.

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/brasil-democratico-soberano-e-cidadao-reflexoes-para-discutir-a-reforma-do-estado/>

